



# O DESENVOLVIMENTO DO EXÉRCITO E O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

Davis Ribeiro de Sena

*“A realidade do campo de batalha é que ali  
não se estuda; simplesmente se faz o que  
se pode para aplicar o que se sabe.  
Logo, para poder um pouco é  
necessário saber muito e bem.”*

(Foch.)

## ENSINAMENTOS\*

**F**indas as hostilidades da prolongada e cruenta campanha da Tríplice Aliança, o Exército Brasileiro regressava, glorioso e exausto, à Pátria. Foram superiores a 100 mil as baixas sofridas no maior conflito jamais tra-

vado na América do Sul e os nossos combatentes veteranos, por vezes perplexos, retornavam à vida civil, desamparados e sem condições sociais para a sobrevivência.

O Exército, profissionalizado, não podia absorver o elevado efetivo herdado da guerra e empreendia as atividades de desmobilização aceleradamente, estimulado, por um lado, pela desconfiança do Imperador, que temia uma intervenção armada, visando à sua queda e, por outro, pela precária situação financeira que o Império atravessava<sup>1</sup>.

\* Os autores consultados para a elaboração deste trabalho têm seus nomes conhecidos no decorrer da leitura do texto e das notas do autor, que, ainda, utilizou a bibliografia indicada em seus artigos publicados anteriormente.



A soldadesca dispensada, composta em grande parte por negros alforriados, não tinha condições — nem intenções — de retornar às plantações e aos engenhos, refugiando-se nos morros existentes nas cercanias da capital imperial, fugindo ao sistema escravocrata vigente. Estava caracterizado o início do êxodo rural brasileiro e fundadas as primeiras favelas no País.

Por todo o 2.<sup>o</sup> Reinado, a administração do Exército esteve, na maioria das vezes, em mãos de políticos civis que, embora fossem personalidades de reconhecida dignidade, estavam distanciados do aperfeiçoamento técnico-profissional que a instituição reclamava (37 ministros civis e 26 militares, a maioria “doutores”, no período 1840-89) e eram representantes de uma filosofia que preconizava a redução drástica do orçamento destinado ao Exército e dos efetivos a ele pertinentes (inferior a 13 mil homens, ao ser proclamada a República). Ademais, estando o Exército preterido por uma milícia paramilitar — A Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça —, inclusive na captação de recursos humanos, restava-lhe recrutar o pessoal (Oficiais e praças) na faixa menos favorecida da população, fato que, somado aos fatores acima apontados, quase lhe valeu a perda de sua característica de força terrestre nacional, ameaçando-lhe, inclusive, a coesão e a disciplina.

A Constituição do Império previa, em seu Artigo 145, que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a

independência e a integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos externos e internos”. A esse respeito, Handelman esclarece: “Segundo a lei de 8 de outubro de 1831, são obrigados a entrar para a milícia (Guarda Nacional) todos os cidadãos entre 18 e 60 anos, que possuam renda de 200 mil réis, nas grandes cidades marítimas (Rio, Bahia, Pernambuco e Maranhão) e 100 mil réis nos outros lugares do Império. Os Oficiais subalternos, até Capitão, são eleitos pelas praças; o Comandante do Batalhão (Tenente-Coronel) e o seu Major Assistente são eleitos pelos Oficiais, ao passo que é reservado ao Governo central nomear os Comandantes das legiões (Coronel) e seu Major Assistente.”

A Guarda Nacional cabia “defender” a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas.”

Tão ampla missão confinava o Exército nas remotas fronteiras e guarnições da costa, voltado exclusivamente para a defesa externa e distante dos centros de decisões políticas, o que resultava conflitos pessoais e ressentimentos de classe entre as duas organizações. Desprestigiado, embora vitorioso, “o Exército era visto como organização sem função específica, ou como instituição dispensável”, debatendo-se em ambiente desfavorável e valendo-se das formas bruscas para o recrutamento militar, da aplicação de castigo físico co-



mo norma disciplinar e do tempo demasiadamente longo na prestação do serviço militar, sofrendo, ainda, as conseqüências financeiras do atraso sistemático no pagamento do parco soldo.

Já existia o *Almanaque de Oficiais do Exército*, denominado Livro Mestre e eram quatro as modalidades de promoção: antiguidade, merecimento, escolha (apenas para os postos de Oficiais-Generais) e bravura (os Oficiais-Generais não concorriam), sendo obedecido, como hoje, o critério de interstício mínimo de permanência nos diferentes postos.

Nos tempos coloniais, não havia um Exército nacional, homogêneo, com unidade de comando, como o entendemos nos dias atuais. Ao contrário, as forças terrestres eram locais, quase privadas, com atribuições policiais e sob o controle pessoal do Comandante das Armas das capitanias, que acumulava esse cargo com a chefia do poder público da área.

A primeira tropa organizada aqui, com certas características de força nacional, foi o Exército do Sul, que expedicionou as terras do Continente do Rio Grande, em fins do século XVIII, aproveitando, inclusive, quadros oriundos da Insurreição Pernambucana, geratriz do amor pátrio brasileiro<sup>2</sup>. Foi seu Comandante o General Böhm, discípulo e conterrâneo do Conde de Lippe, que, mercê de sua eficiente ação, deu início à admiração por parte de significativo segmento de Oficiais brasileiros, pelo militarismo germânico.

A formação profissional dos Oficiais era feita em Portugal, para os portugueses e raríssimos brasileiros, sendo que os últimos não tinham acesso aos postos mais elevados (Tenente-Coronel e Coronel) da hierarquia militar, particularmente no último quartel do século XVIII, momento em que se acentuou o temor da Metrópole pela independência da Colônia. Desde esse tempo e mesmo durante o regime imperial, as promoções, até o posto de Major, eram realizadas mediante concurso e os candidatos ao primeiro posto, recrutados entre os Sargentos e Cadetes de bom comportamento.<sup>3</sup>

A Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, estabelecendo o funcionamento da Academia Real Militar, numa sala da Casa do Trem, no Calabouço (Rio-RJ), onde hoje está instalado o Museu Histórico Nacional, marcou a gênese da organização do ensino castrense na então Colônia, fruto da translação forçada da sede da monarquia portuguesa, para a Cidade do Rio de Janeiro. O curso na nossa primeira academia era de 7 anos (!) com a previsão de mais 1 ano destinado à História Militar — “a funcionar quando houvesse biblioteca” — e tinha como objetivo “formar Oficiais para os Corpos de Artilharia e de engenheiros”. No entanto, apenas através do Decreto de 1º de dezembro de 1824, foi lavrada a certidão de nascimento do Exército Brasileiro, lançando-se os fundamentos jurídicos indispensáveis à sua existência como instituição militar nacional e per-



manente. Vale dizer: após a Independência.

Coube, ainda, à Força Terrestre (FT) a tarefa de dirigir técnica e administrativamente a primeira fundição de ferro a funcionar em nosso país, então Reino Unido: a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (1818, Sorocaba-SP), atividade estimulada, posteriormente, com a criação do Arsenal de Guerra de General Câmara (RS), em 1828.<sup>4</sup>

A seguir, na reorganização das forças de terra, empreendida em 9 de maio de 1831, logo após a abdicação, aparecia, pela primeira vez, a palavra "Estado-Maior" (de 1ª e de 2ª classes), para designar o quadro de Oficiais, de 2º Tenente a Coronel, mandados servir nos comandos de "praças" e de arsenais e no Ministério da Guerra, além do Estado-Maior General, composto pelos Oficiais-Generais. Utilizando essa incipiente organização de cúpula, entramos na Guerra do Paraguai, pois foram mínimas as mudanças até a sua eclosão.

Concluído o conflito, foi reformado, em 1874, o regulamento da Escola Militar, passando a compreender quatro cursos distintos: Infantaria e Cavalaria (2 anos), Artilharia (3 anos), Estado-Maior de 1ª Classe (4 anos) e Engenheiros (5 anos). Surgia, pela 1ª vez no Exército, um curso de Estado-Maior, embora não existisse o órgão correspondente. A rigor, tratava-se de uma tentativa de concretizar, no Brasil, as atividades de Estado-Maior, tal como as concebera a Prússia, vencedora da guerra de

1870, e postas em prática pelas nações adiantadas do globo.

Pouco antes da República (fevereiro de 1889) procedia-se a uma reforma do ensino, sendo a Escola Militar da Corte repartida em duas: Escola Militar (Infantaria e Cavalaria) e Escola Superior de Guerra (Artilharia, Estado-Maior e Engenharia). Estava regulamentada a divisão da oficialidade entre "tarimbeiros" e "doutores", que causou tantos malefícios ao Exército, pois, se os primeiros se consideravam bons soldados, eram julgados incultos pelos segundos que, por sua vez, se se orgulhavam de sua superioridade intelectual, eram desprezados pelos "tarimbeiros", que os achavam possuidores de reduzida dedicação profissional.

Essa dicotomia esgotou-se no final do século XIX, ao mesmo tempo em que se constituía um novo e influente grupo de jovens decididos, liderados por Benjamin Constant — os "positivistas" —, que divergiam da orientação dos chefes mais antigos, forjados nas campanhas militares do Império e acostumados aos rigores disciplinares do código do Conde de Lippe<sup>5</sup>. Esses velhos soldados, como Câmara e Deodoro, desconfiavam da emergente filosofia do "cidadão-soldado", que atribuía aos subordinados o direito de manifestar livremente seus pensamentos, sem cometerem transgressão disciplinar, podendo, desse modo, pregar, abertamente, a derrubada da Monarquia.

Daí à Proclamação da República, os veteranos chefes milita-



res tornaram-se sensíveis aos argumentos da oficialidade jovem e a Realeza, sem a proteção da liderança incontestada de Caxias e da presença carismática de Osório, já falecidos, não teve as mínimas condições de resistência, sendo apeada do poder, com facilidade. Precedeu-a a Questão Militar (1884), impulsionada pelos surgimentos da Biblioteca do Exército (1875) e do primeiro porta-voz da cultura castrense, a *Revista do Exército Brasileiro*, em 1882. Reduzido à luta pela própria existência, a República teria sido "o artifício de que se serviu o Exército para não perecer", nas palavras de Mascarenhas de Moraes.

Em 12 de abril de 1890, foi efetuada a reforma do ensino denominada "Regulamento Benjamin Constant", a mais importante dessa fase. No que interessa a esse estudo, continuavam os infantes e cavalariáns — desta vez em companhia dos artilheiros — sendo formados conjuntamente, agora em três escolas militares (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará) e os Cadetes de Engenharia e de Estado-Maior, na Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro).

O ensino era ministrado enfatizando-se as ciências exatas. Concluído o curso, exageradamente longo, o Exército dispunha de verdadeiros físicos e matemáticos, porém possuidores de pequenas noções sobre a profissão, conhecimentos que seriam obtidos por experiência e esforço próprios nas Unidades a que eram destinados para servir. Paralelamente, iniciava-se a formação de Sargentos,

também na Capital Federal (Realengo), por intermédio de um curso — pasmem! — de 4 anos. Eram os reflexos da mentalidade nacional, excessivamente bacharelesca e pouco pragmática.

Inexorável, o tempo passava. Entretanto, o nosso Exército pouco evoluía. Paula Cidade analisa, com propriedade, a doutrina de combate que, em sua obsolescência, mesmo para a época, salientava a bravura pessoal, em detrimento da racionalidade na progressão no terreno e da adaptação aos novos armamentos empregados: "As chamadas Instruções de Moreira César, aprovadas em 1884 e que predominavam nos domínios da tática. . . refletiam apenas o pensamento militar português e, assim mesmo, com grande atraso. A sua doutrina mais ou menos faz tábula rasa sobre a intervenção das outras armas no desempenho das missões que lhe podem caber nos campos de batalha. Tudo há de girar em torno do Batalhão, o qual, esquematicamente, terá em combate metade de suas companhias avançadas e em ordem mista — isto é, em ordem unida precedida de cordões de atiradores — e as restantes, à retaguarda, em ordem unida. Sua força, diz textualmente o referido regulamento, ficará distribuída em quatro linhas, ou sejam, quatro agrupamentos. Progredindo e fazendo fogo em movimento e até manobrando, sob a ação das armas do inimigo, o Batalhão deve aproximar-se até 100 metros do adversário. Af, o Comandante, tendo dado ao fogo vivo a máxima intensidade, manda



tocar 'preparar para a carga' e, depois, 'avançar e carregar', que serão repetidos por todos os corneiros e tambores. . . Já sabemos quais os resultados que um tal dispositivo deu em presença de nossos jagunços armados com fuzis de repetição."

Evidentemente, esse descompasso entre a realidade dos novos tempos, impulsionada pela revolução industrial e a explosão tecnológica, e o moroso desenvolvimento do Exército, em um período em que os demais — particularmente os europeus e o norte-americano — realizavam impressionantes progressos na formação dos quadros e no adestramento e no emprego da tropa, era retratado na disciplina pouco consistente que abalava a estrutura das Forças Armadas: a Revolta da Esquadra (1891), as rebeliões dos Fortes de Santa Cruz e de Lages (1892), os sucessivos pronunciamentos do Clube Militar e da Escola Militar, o manifesto dos 13 Generais (1892), e a Revolta da Armada (1893), esta última com desdobramento nacional e ameaça de intervenção estrangeira. A República iniciava seus primeiros passos tendo que superar agitações de vulto, em parte causadas pela frase explícita no Artigo 176 da Constituição de 1891 — "obediência dentro dos limites da lei" —, que transferia a todo cidadão, em última análise, a interpretação e o julgamento dos atos dos governantes.

Prossigamos. Em 1896, iniciava-se nova etapa na evolução da instituição militar: a criação do Estado-Maior do Exército, em substi-

tuição à Ajudância-General. Sem ter definidas, com exatidão, as suas tarefas, o novel organismo direcional, contudo, já se firmava em diretrizes essenciais ao seu funcionamento, objetivando libertar-se da improvisação e dos processos empíricos até então utilizados. Elas podem ser enumeradas como segue, de acordo com J. B. Magalhães:

a) prover a organização do Exército e planejar e coordenar os exercícios militares;

b) organizar os planos gerais de defesa, de distribuição dos efetivos, da ordem de batalha, de mobilização e de transporte;

c) propor os meios necessários à consecução da instrução e à manutenção da disciplina da tropa.

Tentativa válida na direção da formalização de um método científico de trabalho, traduzido na exposição de linhas de ação, por assessores especializados e de confiança, à autoridade detentora do poder decisório, poupando-a, ao máximo, de ações regidas pela "conduta de combate", isto é, de decisões exclusivamente individuais e intuitivas.<sup>6</sup>

## DESENVOLVIMENTO

Escritores e memorialistas militares da estatura de Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho, Demerval Peixoto etc. recorreram sobre as rotinas então existentes nos corpos de tropa, no início do século, e ressaltaram o marasmo que entendia os quadros durante o expediente, com a instrução re-



duzida aos serviços internos e externos, faxina e formaturas e os soldados entregues aos sargentos monitores e "cabos velhos", para as seções de ordem unida.

O Comando dos corpos de tropa era constituído pelo Comandante (Tenente-Coronel ou Coronel); Major Fiscal (hoje, Subcomandante); Estado-Maior: Capitão Adjunto e Tenente Secretário (cujas funções até hoje persistem), Quartel-Mestre (hoje, Fiscal Administrativo), Cirurgião-Mor, e Agente do Rancho, cargo exercido pelos Oficiais subalternos da Arma, em sistema de rodízio de 30 dias e que, nos nossos dias, seria o Aproveitador (não existia, ainda, o Serviço de Intendência, cuja criação Canudos comprovava ser impositiva); e o Estado-Menor (práticas burocratas).

Uma vez por mês, normalmente, era publicada em Boletim Interno (denominado *Detalhe*) a realização de um "exercício geral", ou seja, para todo o efetivo da Unidade, porquanto a instrução não era regular, diária, padronizada, e variava de quartel para quartel. Não existiam programação nem datas previstas para a incorporação e o desligamento das praças de pré, de modo a permitir um ano de instrução com início, meio e fim. Os regulamentos de instrução e os manuais técnicos e de campanha, específicos, por assunto, eram praticamente desconhecidos, até a sua difusão pela Missão Militar Francesa (MMF), de 1920 a 1938. Anteriormente, eram adotados manuais abrangentes, fruto dos ensinamentos trazidos por jo-

vens Oficiais mandados estagiar no Exército alemão, depois da reorganização de 1908, tais como os famosos RISG (Regulamento de Instrução e Serviços Gerais) e RSA (Regulamento dos Serviços Administrativos).

Durante o Governo Hermes, um grupo de jovens Oficiais fora mandado estagiar no Exército alemão e, ao retornar, iniciou uma intensa pregação do aperfeiçoamento profissional. Reforçada pela campanha cívica de Olavo Bilac, foi estabelecida a diretriz que considerava o serviço militar obrigatório um dos fundamentos da defesa nacional, considerando-se a sua existência desde os tempos de paz. Foram apelidados de "jovens turcos" — inicialmente, de forma pejorativa — e tinham a idéia básica de que a missão primordial do Exército é a defesa externa e que esta só pode ser concretizada pela existência de uma força terrestre adestrada, equipada e afastada do proselitismo político e, ainda, capaz de mobilizar, em curto prazo, uma Reserva, para atender às necessidades da segurança nacional.

Para veicular essas idéias e introduzi-las nos diversos níveis de comando, fundaram a Revista *A Defesa Nacional* (1913), cujo lema, "Rumo à Tropa", já era uma referência à situação reinante. No editorial do primeiro número da revista, manifestaram aqueles Oficiais a impossibilidade de sua convivência com a política partidária e o seu inconformismo com a acomodação profissional, que impediam o Exército de se modernizar. O seu programa de reformas era



extenso: constituição do Exército em Grandes Unidades, desde os tempos de paz; circunscrição mediante obrigatoriedade do serviço militar; instrução e ensino orientados para o combate convencional; construção de campo de instrução em todas as guarnições; aquisições de armamento moderno; fabricação nacional de munição e de estojos; distribuição de fardamento e de calçados adequados e, por fim, contratação de uma Missão Militar estrangeira, para colaborar na remodelação e no aperfeiçoamento profissional do Exército (visava-se à orientação alemã).

Se a presença dos "jovens turcos" traduziu o ingresso real do Exército no século XX e o começo do fim do predomínio da teoria positivista no meio da oficialidade, por outro lado representou a eclosão do movimento oposto chamado "tenentismo", que, após várias experiências revolucionárias na década de 20, veio a desaguar na revolução de outubro de 1930, vitoriosa, apesar da oposição ideológica dos primeiros.

Continuemos. A procura de identidade própria, o Estado-Maior do Exército dava seqüência às suas atividades e enfrentava problemas de vulto, a saber:

- dificuldade de mobilização, pois sendo um Exército profissionalizado, inexistiam condições de expansão do seu efeito, em caso de necessidade. Vejam bem, não havia Reserva;

- insuficiência de meios para a preparação e a renovação dos próprios quadros;

- verbas orçamentárias diretamente distribuídas pela União às OM, segundo seu efetivo estabelecido em lei, caracterizando uma excessiva autonomia dos Comandantes de Unidade, responsáveis, igualmente, pela incorporação dos conscritos;

- acúmulo de trabalhos administrativos, em detrimento de sua missão precípua.

Não obstante, no setor administrativo, foram tomadas providências de envergadura, tais como: a determinação de uma única data para a apresentação dos novos contingentes, a proibição de reengajamento a ex-praças, a fixação do período de serviço militar obrigatório por 1 ano civil (inicialmente, por sorteio), a adoção da Carteira de Reservista, a regulamentação da promoção de Sargentos ao oficialato, a organização dos Tiros de Guerra, a vinculação legal das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, a extinção da Guarda Nacional, a construção da Vila Militar, o aumento de efetivos, a supressão dos castigos corporais, a fabricação de munições e de explosivos, a criação das Diretorias de Saúde e de Material Bélico, a aquisição de carros de combate e de canhões de campanha, culminando com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941.

A Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), que fora criada em 1905, iniciava os seus primeiros passos inserida, obviamente, no contexto escolar já relatado. Em que pese a importância trans-



cidental do evento de sua fundação, no sentido de que o Exército Brasileiro caminhasse com suas próprias pernas, era acadêmica em excesso.

A Missão Militar Francesa (MMF), ao chegar, deu início, no mais curto prazo, à preparação dos novos Oficiais de Estado-Maior, à atualização dos conhecimentos dos antigos, através de um estágio de revisão e ao redirecionamento da doutrina ministrada pela ECEME. Se os "germanófilos" tinham o Exército alemão como modelo, a realidade do resultado da I Grande Guerra determinou a lógica escolha.

Tasso Fragoso, quando Chefe do Estado-Maior do Exército, comenta, com a autoridade que o caracteriza, a benéfica influência daquela missão na reestruturação da ECEME: "... seus antigos professores, verdadeiros autodidatas, buscavam nos livros, com louvável empenho, o ensino que deviam transmitir aos alunos, mas falariam de operações a que, na verdade, nunca haviam assistido. ... Os franceses, além da preparação teórica escolar, tinham vivido o drama da guerra, labutando, anos a fio, na conquista da vitória definitiva. Por isso, o ensino que nos proporcionam tem um sinal de realidade impressionadora e convincente. Devemos confessar, com absoluta lealdade e sem o mínimo vexame, que só aprendemos realmente o serviço capital de Estado-Maior, isto é, a arte de dirigir tropas e de provê-las, depois que a Missão não-lo ensinou."

Aos franceses devemos, ainda, a organização da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais — com o sistema de "Unidades-Escola", que funciona exemplarmente até os nossos dias — e a definição dos Grupos de Combate, como as menores frações de tropa com comando próprio, no organograma das unidades das armas-base, além da criação da Aviação Militar, da Artilharia Antiaérea e dos CPOR.

É oportuno ressaltar a significativa jornada efetuada simultaneamente por jovens Oficiais do quadro de instrutores da Escola Militar do Realengo, no sentido de elevar o nível das aulas e seções de instrução e modernizar o anacrônico método de ensino ali adotado, destacando-se, pelos expressivos trabalhos inovadores junto aos cursos de Cavalaria e de Artilharia, Euclides de Figueiredo e Lima e Silva, respectivamente. Tendo sido selecionados por concurso, sua ação reformadora — adquirida em estágio realizado no Exército alemão — deu novo alento a instrutores e instruendos, sendo denominada Missão Indígena, em contraposição à Missão Francesa, então recém-chegada ao nosso País.

Independentemente da influência de ambas, em 1928, foi criada a Escola de Engenharia, hoje denominada Instituto Militar de Engenharia (IME). Nesse conceituado estabelecimento de ensino foram formadas as primeiras turmas de engenheiros metalúrgicos brasileiros, que iriam semear a indústria siderúrgica nacional. Logo após, em 1931, cumprindo diretrizes do Presidente da República, o Minis-



tro da Guerra constituía a Comissão Nacional do Aço, composta por civis e militares, a qual traçou a política brasileira nesse setor da economia, vindo a tornar-se realidade com a Companhia Siderúrgica Nacional (1943). Iniciava-se, assim, o grande diálogo entre o empresariado nacional, que surgia, e as Forças Armadas (FA), assegurando o sistema econômico vigente em nosso País, reafirmando, depois, através do firme relacionamento estabelecido pela Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de 1949. A convergência dos interesses da segurança nacional — representados pelo Exército Brasileiro — com os do setor empresarial nativo, resultou a nacionalização da indústria metalúrgica — em oposição ao ingresso do capital estrangeiro na produção de aço, insumo fundamental para a manufatura de armamento — e o estabelecimento, a seguir, do Conselho Nacional do Petróleo, formador da Petrobrás. A liderança militar constatava que a capacidade industrial independente — particularmente a indústria pesada — era o suporte da capacidade militar.

As inaugurações da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na Praia Vermelha, bem como a implantação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, do Instituto Militar de Engenharia e da Escola de Sargentos das Armas, além das escolas de ensino de especialização e de extensão e dos diversos cursos de aperfeiçoamento de Sargentos, alicerçaram o Exército em bases de

ensino sólidas e modernas. Seus quadros têm formação e reciclagem adequadas aos novos tempos e aos progressos alcançados pela ciência militar, nivelando-se aos melhores padrões existentes.

O surgimento de Brasília materializou a interiorização do Brasil — iniciada com a criação da Fundação Brasil Central — fazendo-o voltar-se para o interior e o estreito relacionamento com os seus vizinhos da América do Sul, redimensionando a sua estratégia global. Tornando-se um país continental, evoluiu nosso País da antiga tradição herdada de Portugal — e fundamentada no imenso litoral de 8 mil quilômetros e no transporte de cabotagem — então preponderante, que o considerava um país marítimo.

A Revolução de 31 de Março desenvolveu o poder militar do Estado, em virtude da imperiosa necessidade de garantir a riqueza material e as fronteiras terrestres — que representam o dobro do litoral marítimo — e de assegurar a expansão das comunicações e a multiplicação da malha rodoviária do País. Poder consolidado, mais tarde, pela oportuna decisão presidencial a respeito da adoção de uma política nuclear independente.

Os anos de 1959 a 1977 são datas marcantes para o Exército: no primeiro, iniciou-se a formação de Oficiais pertencentes ao Quadro de Material Bélico, na Academia Militar das Agulhas Negras, dando início à especialização da oficialidade, no mesmo nível das Armas e do Serviço de Intendência; e, no segundo, houve a denún-



cia unilateral brasileira dos tratados de assistência militar norte-americana, deixando claro que, dali para a frente, o Exército Brasileiro seria equipado com material e empregaria doutrina e tecnologia nacionais. Os frutos já estão sendo colhidos: a tropa mecanizada está dotada desse material e o Brasil figura, nos dias de hoje, como um dos principais exportadores de material bélico produzido por uma nascente indústria pesada, que utiliza capital, mão-de-obra e técnicos exclusivamente nacionais, incentivada pela Indústria de Material Bélico (IMBEL), empresa intimamente ligada ao Ministério do Exército.

Sabidamente, o nível de operacionalidade da Força Terrestre é a resultante dos seguintes fatores: pessoal, material (com ênfase no binômio armamento-munição), adestramento (doutrina) e estrutura organizacional.

Essas condicionantes têm peso específico, semelhante, contudo, caso a primeira incógnita seja negativa, a equação está definitivamente inviabilizada: é óbvio que o homem é o fator essencial para que a tropa exista fisicamente e, munido de sua arma, concretize a Força. Ele é o único parâmetro constante, enquanto os demais variam de acordo com os progressos tecnológico e cultural da sociedade que os abrange. É notório que pequenos grupos de guerrilheiros derrotaram efetivos superiores de tropa convencional, mais bem armados e instruídos, contando com pouca disponibilidade

de material, o que torna lícito concluir que o homem, por intermédio do condicionamento mental — a Vontade —, desde que armado, prepondera sobre os demais fatores da operacionalidade. Evidentemente, o adestramento militar e o preparo físico são fatores primordiais na formação do combatente, mas é a sua total identificação com a causa pela qual arrisca a vida a motivação decisiva. Para isso, ele deve estar permanentemente bem informado sobre a realidade do campo de batalha, bem como consciente politicamente e solidário com a sociedade que integra como cidadão. Ao progredir sobre o objetivo a conquistar, deverá fazê-lo certo de estar com a razão, acreditando resolutamente na causa que defende. Só assim advirá o êxito. Entretanto, a adequação do material, da doutrina e do organograma não deve ser minimizada e, para que se tenha uma força armada estruturada, profissional, são imprescindíveis a existência harmoniosa dos quatro fatores, colocados sob um comando único e capaz.

O nosso Exército, evoluindo ao longo do tempo, abordou simultânea e criteriosamente as componentes apresentadas. A estrutura organizacional da Força Terrestre foi edificada, muitas vezes, utilizando os ensinamentos adquiridos em lutas e combates internos e externos; outras, por simples intuição; outras, ainda, buscando aperfeiçoar-se valendo-se de seus próprios esforços ou da experiência alheia, sendo, hoje, considerada uma tropa operacional.



Malgrada essa comprovação, a busca do aprimoramento é permanente.

## APRIMORAMENTO\*\*

Durante muitos anos, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército contribuiu de forma limitada para a formulação de uma doutrina militar terrestre brasileira, adequada às disponibilidades e necessidades da FT, atendendo, portanto, às limitações, peculiaridades, possibilidades e aos problemas do País. Tal fato ocorreu porque era norma e mera absorção de doutrina alienígena: a francesa, como vimos, e, posteriormente, a norte-americana, depois da participação na campanha da Itália, ocasião em que tivemos acesso físico aos novos materiais e às técnicas modernas<sup>7</sup>. Só a partir da década de 60, a ECEME, influenciada pela Escola Superior de Guerra, passou a tratar da adoção de doutrina para o Exército, concentrando o esforço principal ao nível tático e transformando-se em laboratório bem sucedido na formulação da doutrina de emprego da tropa no Teatro de Operações (TO). No entanto, pequena tem sido a sua contribuição para a doutrina desse emprego, em nível mais elevado, definindo a estratégia nos campos

da mobilização, do transporte e do suprimento da Força Terrestre.

Esta lacuna decorre de fatores vários: históricos, estruturais e, sobretudo, de controvérsias em torno da percepção do fenômeno estratégico na área militar que, no conceito de alguns, transcende do clássico para um universo mais amplo, que inclui a concepção de políticas e o planejamento de ações referentes à organização, preparo e alta administração da FT. Na realidade, têm faltado à ECEME condições para o desenvolvimento e a aplicação de um método de planejamento para induzir objetivos e reduzir as ações relativas ao adestramento e ao emprego, tomadas em sentido abrangente.

A ESG desenvolveu, com êxito, um método visando a racionalizar a ação política no que diz respeito às responsabilidades do Governo Federal para a formulação da política nacional e o estabelecimento das estratégias correspondentes. Curiosamente, a ECEME não dispõe da doutrina, nem dos métodos, para estudar e propor a participação da Força Terrestre nos problemas militares analisados e avaliados naquele nível mais elevado, completando assim o trabalho da ESG.

Essas observações podem encaminhar a apreciação da questão sobre a preponderância ou não da Tática sobre a Estratégia nos estudos da ECEME, devendo esta estudar tão bem a Estratégia como já o faz em relação à Tática. O nivelamento do interesse da ECEME pela Tática e a Estratégia visa a evitar a persistência da omissão

\*\* As idéias desenvolvidas neste capítulo não pertencem ao Autor, que apenas as sintetizou de um depoimento do Exm<sup>o</sup> Gen Div Diogo de Oliveira Figueiredo, ex-Comandante da ECEME.



que hoje existe na formação de Oficiais de Estado-Maior: excelentes nas preocupações de ordem tática, envolvem-se em dificuldades quando solicitados a interpretar, em sua devida complexidade, as questões estratégicas da Força Terrestre.

Essa dedicação equilibrada, integrando Tática e Estratégia, só pode ser obtida na ECEME aproveitando a eficiente estrutura organizacional que atingiu e, por intermédio de dois cursos de níveis diferentes: o Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM) e o Curso Superior de Comando (CSC) ou Curso Superior de Altos Estudos Militares (CSAEM), como o denominou recente diretriz ministerial.

O estudo de matérias de cultura geral está embutido no mesmo objetivo. O fato de se englobar, sob este título, assuntos como Geografia, Geopolítica, História, Economia, Sociologia etc. emprestou-lhe caráter ornamental, parecendo ser temas supérfluos, quando são essenciais: eles embasam o conhecimento da realidade conjuntural e possibilitam a análise e a avaliação do problema militar.

Esta é a grande importância das matérias — coloquemos entre aspas — “de cultura geral”, pois, na verdade, pertencem ao grande grupo de Assuntos Estratégicos, essenciais para a formação completa do Oficial, tornando-o apto a exercer, com segurança, as funções existentes nos mais altos níveis de planejamento e comando da FT: aquelas que tratam de políticas e estratégias.

Criando uma imagem para esclarecer a compreensão, pode-se afirmar que a ECEME se limita a estudar as atividades da Zona de Combate (ZC) e, quando muito, atinge a Zona de Administração (ZA). Urge ampliar esse trabalho, deslocando-o para um ponto de perspectiva mais amplo, de onde pudesse avaliar todo o quadro conjuntural que cerca os problemas castrenses.

Não se chegou, todavia, ao desenvolvimento e à aplicação de um método de análise do ambiente conjuntural, com olhos e sensibilidade militares, para dele defluir conclusões de ordem estratégica do interesse da preparação e do emprego da FT. Este é o problema: a ECEME necessita de método que integre estudos acurados de assuntos de embasamento estratégico com as necessidades de planejamento de alto nível da Força Terrestre. Isto é, um estágio ou período complementar ao de Estado-Maior de Grande Comando, ou, melhor dizendo, um curso em que se trate não mais do *know-how* dos assuntos militares e, sim, do “*know-why*”.

Ela não se dedicou, ainda, a elaborar uma metodologia para o estudo da Estratégia para a Força Terrestre e esse deve ser o papel essencial de Curso Superior de Comando. O CSC não é alheio à ECEME e sua organização naquela Escola será o momento culminante de sua evolução, pois é indispensável em um instituto de altos estudos militares.

Não se trata do simples retorno ao curso de 3 anos, como vigia



nos anos anteriores a 1977 e aparenta significar à primeira vista. Considerando imprescindível a criação do CSC, no mais curto prazo, uma visão sintética desse curso poderia ser sugerida, do modo que se segue:

- sua realização seria após o curso de 2 anos da ECEME, mas não imediatamente após;

- teria 1 ano de duração;

- seria efetuado na mesma Escola, isto é, no memo prédio, "de mãos dadas", sob a mesma direção, utilizando a mesma administração, um complementando o outro;

As turmas seriam compostas de 25 a 30 Tenentes-Coronéis, ou Coronéis modernos. Esses Oficiais possuiriam, no mínimo, 5 anos de experiência em trabalhos de Estado-Maior de GU e 2 anos de Comando de Unidade valor Batalhão, o que lhes daria razoável visão dos problemas do Exército:

- O currículo seria repartido em três grandes grupos de assuntos: Estratégia, Logística e Método (estes dois últimos visando à Estratégia); coerente com o curso de EM de 1º nível, que também deveria abranger três grandes conjuntos de matérias: Tática, Logística e Método (estes dois para atender à Tática). Dessa forma, a ECEME, como um todo, se dedicaria a quatro setores de ensino: Tática, Estratégia, Logística e Método. Posteriormente, através do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), o educando selecionado teria acesso a conhecimentos a nível de Forças Armadas.

Criando o CSC, a ECEME contribuiria com o melhor dos esforços ao encontro do que vem realizando o EME, no sentido de subordinar todo o planejamento à definição da concepção estratégica da Força Terrestre. A lacuna existe porque a ESG não forma estrategistas para a Força Terrestre, haja vista que, no CEMCFA, são preparados Oficiais das três Forças Armadas (FA) para estudar uma doutrina de FA e, no Curso Superior de Guerra, estuda-se a formulação e aplicação de doutrina de ação política, posta a nível de política e estratégia nacionais de desenvolvimento e segurança. Presentemente, não existe órgão que habilite o estrategista a nível de Força Terrestre.

Este assunto é de tal magnitude que, para a formulação do currículo, tanto a própria ECEME como o EME poderiam desenvolver estudos a partir daqueles existentes em Escolas de outros Exércitos ou nas demais Forças Singulares brasileiras:

- ESG, ECEMAR, EGN, ESNI (quanto a Informações Estratégicas);

- Escolas congêneres da Itália, da França, da Alemanha e dos EUA.

O grande problema seria estabelecer um método de estudo estratégico para a FT, paralelamente à formulação da doutrina, que seria aperfeiçoado, progressivamente, pelos corpos discente e docente do Curso. O aspecto essencial envolveria desde a identificação dos problemas militares do Brasil, passando pela organização e articu-



lação da FT até o apoio logístico para as ações estratégicas, e os estudos do CSC seriam voltados, também, para a política e o planejamento estratégico setoriais, visando ao aperfeiçoamento, fortalecimento e emprego da FT.

Abbrangeria o exame crítico da doutrina e dos métodos, considerada e analisada a problemática da segurança e da defesa interna e externa, inclusive os aspectos relativos aos meios político, econômico e psicossocial que sustentam, animam e modelam o organismo militar terrestre.

Abordando a didática, ousaria observar que a metodologia de ensino da ECME, que foi inovadora, criativa, corajosa, um exemplo de modernização no pós-II Grande Guerra, ao passar do tempo, vem carecendo de procedimentos mais ágeis e adequados. A ECME poderia conduzir o ensino, os estudos e a aprendizagem, reduzindo a carga horária referente a aulas e substituindo-a por discussões e debates dirigidos, trabalhos de grupo e relatórios escritos individuais e de grupo.

Não apenas explorando tópicos ou temas, mas efetuando pesquisas, estudos e análises, visando à solução de problemas de caráter militar e desenvolvendo, assim, a percepção e a sensibilidade do aluno, levando-o a refletir, a argumentar, a concluir, a criar e a redigir, com lógica, coerência e conhecimento de causa.

Seria a aplicação em larga escala de didática de nível superior, usual em cursos de mestrado e doutorado, ocasião em que não ca-

beria mais o papel convencional do "instrutor" — responsável pelo ensino de habilidades — mas o papel do mestre, do professor, do orientador dos estudos, das pesquisas, dos trabalhos e da aprendizagem.

Essa mudança de atitude em face da didática é complexa, porquanto é indispensável que os instrutores e alunos a compreendam e a aceitem como a melhor, para o êxito de sua aplicação, obedecendo aos parâmetros da disciplina intelectual.

Está ultrapassada a tradicional fórmula da aula valorizada pela eficiência com que o instrutor verbaliza, com que ele coloca os conceitos que a "Casa" julga serem de conhecimento indispensável. O posicionamento do ensino de nível superior não é o de matéria verbalizada, apresentada, matéria sabida. O conceito correto é o de que o ensino deixa de valer pelo desempenho do expositor-professor (típico do ensino médio) e passa a valer pelo estímulo à aprendizagem do aluno, pela provocação ao seu raciocínio, pelo desafio à sua reflexão, à sua criatividade e ao seu talento.

Se a matéria é simples, não há razão para ser focalizada dentro do conceito antigo de "dar a matéria". O instruendo deve tomar a iniciativa de ler, interpretar e reter os conceitos fundamentais, preparando-se para debater questões sobre os pontos duvidosos ou de alguma complexidade. Se ele, ostensivamente, não apresentar dúvidas, o professor deve motivá-lo, visando a esclarecer os assuntos



julgados de mais difícil percepção.

É preciso uma disciplina intelectual rigorosa e é fundamental que ambos, orientador e aluno, acreditem no método. O primeiro deve ser rigoroso porque o segundo tentará levá-lo à exposição da matéria e se ele ceder, o método regredirá, na medida em que o aluno tende a não estudar em domicílio, esperando a exposição do instrutor. Perguntas sobre assuntos óbvios não devem ser explanadas, antes o orientador deve determinar a realização de pesquisas nos textos distribuídos e na bibliografia indicada.

O essencial é levar o formando a pesquisar, a analisar, a refletir, a expor, a argumentar, a debater, a concluir, preparando-se para avaliar e criar, tarefas fundamentais do Oficial de Estado-Maior que, através da constante busca do aprimoramento profissional — tanto no nível tático como no estratégico — representa o fato gerador de um Exército apropriado à realidade brasileira, atualizado e comprometido com o futuro, eis que esteado num passado pleno de realizações e rico de ensinamentos.

## NOTAS DO AUTOR

<sup>1</sup> Vejamos a preocupante situação fiduciária do Império, extraída do livro de Valentim F. Bouças, *História da Dívida Externa da União*, após concluída a campanha:

“Nesse mesmo decênio (1860-70), os gastos do Ministério da Marinha passaram de 7.903:253\$000 a 16.952:788\$000 e dos do Ministério da Guerra, de 11.505:722\$000 a 59.888:152\$000, sendo a receita arrecadada de 639.481:039\$000 e a despesa de 1.003.468:377\$434, o que produziu o formidável déficit de 363.987.337\$448”.

Para cobrir o saldo negativo, foi negociado o empréstimo de 5 milhões de libras esterlinas aos bancos ingleses e a circulação de papel moeda passou de 28.090:000\$000, em 1864/5 a 151.078:550\$000, em 1870/1. Esses pesados encargos monetários forçaram a criação de novos impostos e taxas, gravaram os vigentes e aumentaram a emissão de apólices em cerca de 184.000:000\$000. Tudo encareceu o custo de vida, aviltou o câmbio de divisas, abalou o sistema de crédito interno e acelerou a dívida externa, resumo que bem caracteriza essa ruínosa década financeira, consequência do enorme ônus imposto ao Império pela guerra de 1864/70.

<sup>2</sup> Antecederam ao Exército do Sul as legiões, forças de caráter regional, que enquadram tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia e atuavam independentemente, concretizando o emprego combinado das Armas, o que as caracteriza como a lídima precursora das atuais Brigadas. Elas foram extintas, por transformação, pelo Decreto de 19 de dezembro de 1824, gênese do Exército Brasileiro unificado e distribuído em todo o território nacional.

<sup>3</sup> Vale a pena tomar conhecimento do que diz Paula Cidade sobre a criação dos “Cadetes”, na segunda metade do século XVIII, categoria destinada a interessar os nobres pelo serviço militar. Eram eles jovens fidalgos ou filhos de Oficiais-Generais e de mestres-de-campo, admitidos com 15 a 20 anos de idade, limite posteriormente dilatado. Usavam uniforme de Oficial (desprovido de galões, bordados e alamares) e freqüentavam esse círculo, “sem serem obrigados a usar bigodes”. Não concorriam às escalas de cavalaria e de sentinela das armas, prestando apenas o serviço externo de patrulha, em condições iguais aos sar-



gentos e furriéis. Podiam ser promovidos ao oficialato, sem tempo determinado de praça.

Em 1820, surgem os "Segundos Cadetes" e "soldados particulares", para aproveitar os filhos de família de menor nobreza, de Oficiais, de negociantes abastados e de personalidades de prestígio. Tal sistema funcionou até 1888. Hoje, em homenagem ao passado, os alunos da Academia Militar são designados Cadetes, como sabemos.

<sup>4</sup>O início das atividades industriais em nosso País ocorreu em 1762, através da Casa do Trem, depois Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. A Fábrica de Pólvora, estabelecida, em 1808, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, na Cidade do Rio de Janeiro (depois transferida para Estrela-RJ), foi a precursora da indústria genuína nacional.

Assegura Pondé que "... o Tratado de Comércio, assinado em 1812, entre Portugal e a Inglaterra, determinando, para as mercadorias britânicas, um pagamento na Alfândega de, no máximo, 15% *ad valorem*, incrementou bastante a importação brasileira de produtos ingleses, tais como casimiras, louças, queijos, manteiga e tecidos. Este Tratado, que vigorou até 1844, garroteou o Brasil, e o conservou com sua estrutura orientada, em quase 1 século, para exportar matérias-primas e gêneros alimentícios. O Brasil não acompanharia o surto de industrialização que se processou em outras nações, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando o País dispunha apenas de 50 empresas industriais, incluindo-se nelas suas ainda precaríssimas salinas. No fim do século XIX, apesar das iniciativas de Mauá, conseguimos atingir, no máximo, 636 indústrias."

<sup>5</sup>A maneira mais eficiente encontrada pelos colonizadores para assegurar o *status-quo* foi a manutenção de rígido código disciplinar destinado a sufocar — pelo seu excessivo rigor — qualquer sentimento de desagrado dos nativos e reduzi-lo à submissão. Assim descreve J. B. Magalhães as punições vigentes, na época:

"'Condenação a 'polé' era menos bárbara que 'mutilação', pois consistia apenas em levantar a vítima ao alto, por uma corda, e deixá-la cair de súbito, várias vezes. Chamava-se a isto 'dar tratos de polé'."

Em fins do século XVIII, a disciplina era mantida, principalmente, tratando-se de faltas

leves, com prisão e multa. No tempo do General Böhm, a multa era de 1 vintém por dia e ele, achando isto ineficaz e prejudicial ao soldado, propôs sua substituição por bengaladas ou pranchadas."

A punição a polé foi suprimida após a Guerra do Paraguai e as pranchadas (pançadas aplicadas com a parte larga da espada, nas costas do condenado) foram utilizadas até o advento da República.

<sup>6</sup>Há notícias da convocação, pelo Comandante das operações em curso, dos chamados Conselhos de Guerra — compostos de todos os Oficiais participantes da ação —, excepcionalmente, nos momentos de extrema crise militar, a partir de 18 de abril de 1763, quando foi decidida a rendição do Forte de Santa Teresa às tropas de Pedro Ceballos, bem superiores em número. A mais célebre dessas conferências — o resultado era obtido através de votação nominal e configurava a "tomada da decisão" pelo Comandante, retirando-lhe a responsabilidade pessoal da ação a executar — foi a efetuada na noite de 28 de dezembro de 1864, ocasião em que o Ten Cel Herme-negildo Portocarrero retirou-se do Forte de Coimbra, no limiar da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Sem dúvida, são o embrião das atuais reuniões de Estado-Maior, porquanto era feito, grosso modo, o Estudo da Situação: forças em confronto — amigas e inimigas — (1ª e 2ª Seções), meios disponíveis (4ª Seção) e possíveis linhas de ação (3ª Seção).

<sup>7</sup>A brilhante trajetória da Força Expedicionária Brasileira (FEB), no Teatro de Operações europeu, foi o marco decisivo para a modernização e a comprovação do valor e da competência de nossa Força Terrestre. As atividades castrenses, desde a tática e a logística, passando pelo desenvolvimento de nova doutrina, pela provisão e o emprego dos blindados, pela aquisição de novas técnicas e de materiais de Artilharia, de Engenharia e de Comunicações, tudo foi equacionado e desenvolvido com método e dinamismo. A FEB teve, acima de tudo, a prerrogativa de contagiar o Exército com o seu idealismo, inoculando-lhe um espírito jovem, inovador, autêntico, que remodelou a sua estrutura organizacional, impulsionou o seu progresso material e aperfeiçoou o adestramento dos quadros e da tropa,



retemperando o combatente brasileiro, ausente dos campos de batalha desde a Campanha da Tríplice Aliança. O episódio dos combates

na Europa foi o marco que definiu o princípio do fim da influência francesa e o advento da escola norte-americana.



*O Cel Cav R/1 Davis Ribeiro de Sena tem os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No campo civil, tem os cursos de Administração de Empresas (Bacharel), de Organização e Métodos, de Administração de Pessoal e o Curso de Introdução a Computadores para Executivos. Entre as comissões militares desempenhadas destacam-se: Chefe da 3ª Seção da 6ª Brigada de Infanteria Blindada (Santa Maria, RS), Chefe da Divisão Cultural e Histórica do Centro de Documentação do Exército (Brasília, DF), Chefe da 4ª Seção da Inspetoria Geral das Polícias Militares (Brasília, DF) e Comandante do 17º Regimento de Cavalaria (Amambai, MS).*